
PADRÃO PRODUTIVO E RESTRIÇÕES LEGAIS: LIMITES DO DESENVOLVIMENTO DO SUDESTE PARAENSE - BRASIL¹

PRODUCTIVE PATTERN AND LEGAL RESTRICTIONS: LIMITS OF DEVELOPMENT IN THE SOUTHEAST OF PARÁ – BRAZIL

ESTÁNDAR PRODUCTIVO Y RESTRICCIONES LEGALES: LÍMITES DEL DESARROLLO DEL SUDESTE PARAENSE – BRASIL

Victor da Silva Oliveira²
Luciana Riça Mourão Borges³
Gabriel Paixão Santana⁴

RESUMO: As possibilidades da manutenção e expansão das atividades produtivas e sua expressão enquanto desenvolvimento regional decorrem, dentre outras variáveis, da produção de excedentes sociais e da compatibilidade entre padrão produtivo e restrições presentes na região de sua ocorrência. No caso do Sudeste do Pará, a produção de commodities com expansão alicerçada na anexação de novas áreas marca a trajetória da sub-região amazônica. Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo analisar os limites ao padrão de desenvolvimento exposto pela estrutura produtiva no Sudeste Paraense em paralelo às demarcações legais de reservas. O padrão produtivo da região tem demonstrado limite em seu desenvolvimento no que tange à própria matriz que cresce de modo extensivo para: o conjunto da sociedade visto o pouco crescimento de emprego formal em comparação ao aumento da produção; e para as áreas de preservação e conservação em constante tensão para sua supressão.

Palavras-chave: Padrão produtivo. Sudeste paraense. Amazônia. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT: The possibilities of maintaining and expanding productive activities and their expression as regional development result, among other variables, from the production of social surpluses and from the compatibility between the production pattern and the restrictions

1 Artigo produzido como resultado parcial da pesquisa “Dinâmicas regionais recentes do Sul e Sudeste do Pará: heranças, agentes e perspectivas de desenvolvimento regional”, realizada pelo Grupo de estudos e pesquisa em Território, Região e Políticas do Desenvolvimento na Amazônia – GEPEAM – do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – IETU/Unifesspa.

2 Professor Adjunto do Curso de Geografia do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – IETU/Unifesspa. E-mail: victorsoliveira@unifesspa.edu.br.

3 Professora Adjunta do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação do Campus de Guajará-Mirim (DACE/UNIR/Campus de Guajará-Mirim) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UNIR) da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora-líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas (GEIFA/UNIR-GM). E-mail: luciana.borges@unir.br.

4 Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Estado do Pará. Graduando do Curso de Geografia do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – IETU/Unifesspa. E-mail: gabrielpaixaosantana14@gmail.com.

present in the region of its occurrence. In the case of Southeast Pará, the production of commodities with expansion based on the annexation of new areas marks the trajectory of the Amazonian sub-region. In this sense, the present research aimed to analyze the limits to the development pattern exposed by the productive structure in Southeast Para, in parallel to the legal demarcations of reserves. The productive pattern of the region has shown a limit in its development with respect to the matrix itself that grows extensively; for society as a whole with little growth in formal employment compared to increased production; and for the preservation and conservation areas, in constant tension for their suppression.

Keywords: Productive pattern. Southeastern Pará. Amazonia. Regional development.

RESUMEN: Las posibilidades de mantener y ampliar las actividades productivas y su expresión como desarrollo regional resultan, entre otras variables, de la producción de excesivos sociales y de la compatibilidad entre el estándar productivo y las restricciones presentes en la región de su ocurrencia. En el caso del Sudeste de Pará, la producción de commodities con expansión basada en la anexión de nuevas áreas marca la trayectoria de la subregión amazónica. En este sentido, la presente investigación tuvo como objetivo analizar los límites al estándar de desarrollo expuesto por la estructura productiva en el Sudeste de Pará en línea con las demarcaciones legales de las reservas. El estándar productivo de la región ha mostrado un límite en su desarrollo con respecto a la propia matriz que crece ampliamente hasta: el conjunto de la sociedad considerando el poco crecimiento del empleo formal en comparación con el aumento de la producción; y para las áreas de preservación y conservación en constante tensión para su desaparición.

Palabras clave: Patrón productivo. Sudeste de Pará. Amazona. Desarrollo regional.

INTRODUÇÃO

A região do Sudeste do Pará abrange 39 municípios, recorte inserido na Amazônia brasileira que possui um padrão produtivo com marcas singulares. Mesmo com transformações ao longo do tempo, essa carrega consigo elementos que a posicionam no interior da divisão internacional do trabalho como região eminentemente exportadora de bens de origem primária.

Em anos recentes, a região vem passado por transformações devido à intensificação da exploração produtiva para a exportação, fato que reforça seu protagonismo para a macroeconomia nacional mesmo com uma limitada geração de efeitos propulsores do desenvolvimento no interior da região. Não obstante, esse processo tem reafirmado sua posição periférica no cenário internacional e nacional no âmbito da divisão do trabalho, como eminentemente exportadora de commodities.

Diversos pesquisadores na ciência regional debruçaram-se sobre as reais possibilidades de alavancagem do desenvolvimento de regiões periféricas com base na intensificação das exportações e seus efeitos na geração de excedentes sociais. Entre esses, podemos destacar Myrdal (1968), Prebisch (1963) e Furtado (1964), todos, em suma, destacam essa a limitação.

Corroborando com as prerrogativas dos autores, somam-se as restrições legais encontradas em regiões como o Sudeste do Pará que, tradicionalmente, expande sua

produção com anexação de áreas. Estão demarcadas na região diversas áreas de reserva indígena e unidades de conservação que entram em atrito com as prerrogativas de crescimento da produção a ela impostas e geram conflitos por uso e acesso à terra.

Desse modo, a presente pesquisa buscou analisar os limites ao padrão de desenvolvimento exposto pela estrutura produtiva no Sudeste Paraense em paralelo às demarcações legais de reservas – florestais e indígenas. Para a realização desse esforço, este artigo está estruturado em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se o marco teórico conceitual que permeará a análise proposta, partindo principalmente do posicionamento centro-periferia das economias de mercado; da inércia da exploração, concentração e limitada capacidade de geração de desenvolvimento a partir de atividades exportadoras de bens primários em determinadas regiões; e, por fim, das restrições entre estrutura produtiva imposta e marcos legais e do ambiente inserido.

Na segunda parte, posiciona-se a região amazônica e o Sudeste do Pará frente ao contexto produtivo nacional, dando destaque à posição periférica historicamente construída na região como produtora de bens primários para o mercado internacional. Na sequência, apresenta-se uma análise conjuntural da matriz produtiva do Sudeste do Pará por meio de dados secundários de exportação e balança comercial, valor adicionado bruto e emprego formal, salientando as principais atividades produtivas e sua expansão na região e importância para a macroeconomia nacional.

Já, na última seção, são analisadas as limitações de tal matriz frente aos marcos legais e seus limites de expansão a partir da própria matriz, dos trabalhadores urbanos e rurais e impactos para as áreas de conservação e comunidades tradicionais. Assim, com esse percurso, pretende-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: qual o limite de expansão do desenvolvimento extensivo/exportador da produção no sudeste paraense frente às demarcações legais de reservas?

MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL: PRESSUPOSTOS ANALÍTICOS

Como princípio analítico do estudo aqui proposto, definem-se alguns pressupostos teórico-metodológicos que o nortearam. A pretensão é utilizar-se de teorias consagradas da ciência regional que, de modo direto ou indireto, dialogam com a pretensão da pesquisa, entre as quais estão: i) a relação centro-periferia entre a economia brasileira e a internacional e, ainda, a amazônica frente ao Brasil e ao Mundo; ii) a manutenção da exploração e concentração de atividades produtivas a partir de vantagens comparativas quando não há coordenação, obtendo como resultados a continuidade do subdesenvolvimento; e, por fim, iii) a incompatibilidade entre ambiente e matriz produtiva.

Nesse interim, alguns autores tornam-se um marco a essa compreensão. Entre eles está o economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987), que traz elementos em diálogo com a perspectiva keynesiana e possui especial relevância para a compreensão da localização das atividades econômicas. Diferentemente da compreensão liberal do capitalismo, o autor não concebia que a livre mão do mercado atingiria equilíbrio social de distribuição de recursos entre a sociedade e as regiões, pelo contrário, tenderia inevitavelmente à concentração.

Essa constatação partia da percepção da existência de dois grupos de países: os desenvolvidos, caracterizados basicamente pela elevada renda per capita e integração nacional, e os subdesenvolvidos, com baixa renda per capita e pouca integração. Concomitantemente, é reconhecido por Myrdal (1968) a desigualdade de desenvolvimento dentro de cada país.

Dessas premissas, o autor tece basicamente três considerações gerais: (i) o grupo de países considerados desenvolvidos é muito menor que os subdesenvolvidos; (ii) o padrão de crescimento dos países desenvolvidos tende a ser contínuo, o inverso do outro grupo; e (iii) aumento contínuo de disparidade entre os dois grupos. Myrdal (1968), no entanto, não restringe sua análise a questões econômicas. Para ele, fatores não econômicos também auxiliam na elucidação das disparidades regionais e do não equilíbrio natural do capitalismo.

Logo, o estudioso propõe uma teoria para explicação da dinâmica econômica baseada nesses pressupostos que denominou Causação Circular Cumulativa (CCC). Essa concepção adverte para o processo cumulativo ordenar em duas direções, positivo e negativo, que tendem a agir e reagir uma a outra e, em caso de não regulamentação, tendem a manter os países pobres na pobreza e ampliar as disparidades regionais.

A Teoria da Causação Circular Cumulativa busca não apenas em questões econômicas a ordem causal entre elementos endógenos e exógenos que influenciam o processo de acumulação, mas, sobretudo, a respectiva complementaridade entre o desenvolvimento de uns e o subdesenvolvimento de outros. Nesse sentido, trata-se da pertinência do estado nacional para mitigar os efeitos da CCC, especialmente no que tange à autotendência de repercussões negativas em determinadas regiões, pois, de acordo com Myrdal (1968), o mercado livre tende a concentrar as atividades produtivas, sendo esse inclusive um dos principais mecanismos para o processo acumulativo, carecendo, portanto, de políticas intervencionistas para ramificá-las.

A explicação buscada pelo autor para compreender o fator de atração de determinadas regiões sobre os processos produtivos é baseada no processo histórico que culminou, por distintas formas nos mais variados contextos, a estruturações de condições propícias para a reprodução da acumulação. Essas condições historicamente constituídas por poucas regiões formulam o que Myrdal (1968) denomina de *backwash effects*, os efeitos de polarização. As condições para a reprodução da acumulação tendem a concentrar seletivamente o fluxo de capitais, ampliando as disparidades regionais à medida que o livre mercado atua nas regiões mais ricas e estruturadas.

Em direção oposta aos efeitos de polarização, agem os *spread effects*, os efeitos propulsores. Esses são os ganhos atribuídos às regiões estagnadas a partir do transbordamento das atividades demandadas pelas regiões polarizadas, seja por fornecimento de matéria prima ou bens e serviços de menor complexidade. Entretanto, esse efeito não ocorre necessariamente em grande escala, apenas quando há uma expansão forte o suficiente para sobrepor os efeitos da polarização em regiões historicamente privilegiadas.

Para Myrdal (1968), contudo, os efeitos propulsores não são suficientemente fortes para mitigar as disparidades regionais, pelo contrário, tendem à contínua atenuação, tornando as desigualdades uma questão de diferentes taxas de desenvolvimento dentro de cada país. Com isso em vista, ele passa a buscar explicação para a diminuição das disparidades regionais em países desenvolvidos no processo de reprodução do capitalismo; ao passo que, quanto maior o nível de desenvolvimento econômico de um país, os efeitos de propulsão são maiores enquanto que os de polarização são diminuídos. Já, nos países subdesenvolvidos, a tendência é justamente a inversa, sendo assim, as desigualdades surgem como uma das principais variáveis para o desenvolvimento.

A explicação de Myrdal (1968) para a permanência das desigualdades regionais em países subdesenvolvidos, e, por consequência, do seu próprio subdesenvolvimento, perpassa pelas tímidas ações do Estado nacional para a mitigação dos efeitos de polarização.

Em paralelo, o *Welfare State* nos países centrais garantiu condições para regiões – antes desassistidas da ação pública – buscarem condições minimamente competitivas de oportunidades frente ao mercado, atuando não necessariamente em áreas com rebatimento na acumulação em curto e médio prazo, porém garantindo a inserção de estratos sociais e regiões historicamente marginalizadas. Assim, em suma, a proposta de Myrdal (1968) é contrária à perspectiva liberal do capitalismo de autorregulação e geração natural de equidade social; entretanto, não avessa ao sistema, pois reafirma as teorias de Keynes a partir da consideração de dois grupos de países e de desigualdades internas.

Myrdal, apesar de ser sueco e presenciar os movimentos da acumulação no capitalismo de uma posição central, percebeu a instabilidade e convergência não igualitária do sistema, propondo ações de cunho keynesiano para mitigar tais efeitos. Essas percepções, no entanto, não foram exclusivas, havendo diversos outros teóricos advertindo sobre as fragilidades do liberalismo, sobretudo para os países periféricos. Nesse sentido, a América Latina teve protagonismo teórico e político, dando origem à uma teoria que busque propor uma alternativa à situação avessa à possibilidade de desenvolvimento dos países latino-americanos no contexto da primeira metade do século XX, em que a divisão internacional do trabalho posiciona os latinos como fornecedores de produtos primários e importadores de manufaturas, justamente devido às vantagens comparativas ricardianas, de acordo com as teses em voga no período.

O argentino Raúl Prebisch (1901-1986) percebia a necessidade da superação do modelo agrário-exportador visto a desvantagem histórica da comparação entre os preços de produtos industrializados, os quais eram importados pela América Latina dos países centrais, e os agrários exportadores, principais geradores de divisas dos países latinos para obtenção de manufaturas. Assim, as economias periféricas deixadas sob a vigência das livres forças do mercado tendem a permanecer no subdesenvolvimento. Fora, então, proposta pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a implementação de uma política de desenvolvimento e industrialização alicerçada no mercado interno.

Como sugestão para alcançar o objetivo, a Comissão insere o Estado como elemento central e ativo na economia, gerando condições para a industrialização. De acordo com Souza (1999), a percepção da necessidade de criação de alternativas para o setor agrário-exportador penetrou na base política e econômica de vários países latino-americanos, entre os quais o Brasil destacou-se.

Nesse viés, passou-se a defender que para transformação da economia brasileira seria primordial a consolidação de uma base industrial pautada por um planejamento econômico e ampla participação do Estado em tal processo. Ou seja, assim como no keynesianismo e na reflexão de Myrdal, a presença do Estado era essencial para confirmação das novas propostas de produção, contudo, na proposta estruturalista-histórica, a intervenção do estado era regida por outras necessidades, especialmente no tocante às desigualdades regionais que se intensificavam no Brasil.

Entre os principais pensadores e agregadores das reflexões estruturalistas no Brasil está Celso Furtado (1920-2004). O economista questionava, de acordo com Borja (2013), sobre as razões de algumas sociedades nacionais esterilizam seu excedente enquanto outras experiências logram alta retenção, multiplicação e produtividade do mesmo. Logo, pretendia perceber quais as razões para os excedentes produtivos no Brasil não serem aproveitados para alavancar uma reprodução baseada em uma proposta endógena alinhavada com uma proposta industrial e de maior equidade social.

Para melhor aproveitamento dos excedentes, Furtado (1964) defende uma ampla participação do Estado na economia, pois, a depender do mercado, as reproduções tendem a ser mais concentradoras territorialmente e por estrato de classes. Esse fato decorre em função de as condições de reprodução serem propícias em locais já com densidade econômica, ocorrendo paralelamente defesa de setores, empresas e pessoas. Nessas prerrogativas, foram pautadas muitas das primeiras ações regionais da política brasileira, expondo as desigualdades e atuando em função de levar condições técnicas e financeiras a espaços marginalizados – historicamente fora da pauta política e econômica ao longo dos anos.

Em 1959, com a proposta de delinear os esforços públicos para a não concentração regional de oportunidades, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), porém, com propostas mais avançadas, especialmente ao perceber e inserir as peculiaridades das distintas “sub-regiões” do nordeste brasileiro em suas propostas. No relatório que originou a criação da SUDENE, o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste – Ministério do Interior (1967) – trouxe uma análise sub-regional com a acuidade de demonstrar a incompatibilidade entre o semiárido nordestino com a matriz produtiva imposta àquele ambiente de cíclicos períodos de déficit hídrico.

Em sua leitura, Furtado inverte o paradigma em voga que, até então, posicionava a seca como elemento central para a explicação dos problemas sociais do semiárido. O autor pontua a seca como um elemento natural, com o qual não há condições de evitar, mas sim conviver e readequar a forma de produção na região.

Em meados do século XX, a economia do semiárido era dividida no tripé gado-algodão-agricultura de subsistência. O gado era a atividade principal dos donos da terra que produziam majoritariamente em regimes de parcerias, cedendo parte de suas terras para trabalhadores plantarem algodão para comercialização e obtenção de renda, além da plantação de cultivos de subsistência. Todavia, em momentos de seca, para mitigar os efeitos sobre a atividade principal, o algodão era usado como alimento para o gado e a agricultura de subsistência era fortemente impactada pela falta de água. Desse modo, os trabalhadores ficavam sem sua única fonte de renda monetária e com baixas provisões, sendo que a crise socioeconômica da região tomava vultos de calamidade.

No relatório do GTDN, Furtado aponta como aspecto conclusivo e indicativo para mudanças na região a necessidade de uma reconversão produtiva, visto que a incompatibilidade entre o semiárido e a matriz produtiva praticada. Entre outras ações, a proposta aponta para uma coordenada readequação das áreas a serem aproveitadas em regiões, até então pouco povoadas e com menor déficit hídrico, para, assim, mitigar os efeitos causados a essa região periférica do Brasil.

As contribuições para a ciência regional de Myrdal, Prebish e Furtado superam as indicações apontadas até aqui. Entretanto, a pretensão nesta seção foi de trazer elementos basilares que respaldem a análise de uma região da Amazônia brasileira – Sudeste do Pará – que historicamente tem na exploração de bens naturais, de modo direto ou indireto, para a comercialização com o mercado internacional, posicionando a região em espectro periférico nas relações de troca globais. Essa condição vem reproduzindo ao longo da história de exploração da região uma expansão produtiva majoritariamente pela anexação de novas áreas. Contudo, com marcos legais de reserva florestal e indígena, há limitado espaço para reprodução dessa lógica de desenvolvimento sudeste paraense, em um descompasso entre o ambiente e a matriz produtiva presente.

O SUDESTE PARAENSE NO CONTEXTO PRODUTIVO NACIONAL

Faz-se importante, igualmente, resgatar, em uma contextualização histórica, de modo a inserir no debate em tela a região amazônica – nosso objeto de estudo – dentro das relações geradas na estrutura produtiva em que se coloca o Brasil. Tais relações constituem-se no eixo centro-periferia do capitalismo produtivo, uma vez que essa região torna-se fornecedora de matéria-prima, desde sua constituição enquanto tal, a partir do ponto de vista da integração territorial e regional do país, sobretudo durante o século XX.

Desde a invasão dos portugueses, no século XVI, até a transição para a sociedade urbano-industrial, em 1930, segundo Pochmann (2010), a sociedade agrária no Brasil operou como principal, e quase exclusiva, força interna no delineamento da produção nacional. Por mais de quatro séculos e aproximadamente duzentos anos após as primeiras experiências mundiais de desenvolvimento industrial, o padrão agrário exportador reinou na pauta econômica da política nacional, algo que, com roupagem distinta, persiste até os dias atuais.

Com o início do processo de industrialização no sudeste do país, devido a condições internas e externas analisadas por Cano (1981), as distintas regiões articularam-se economicamente sob o comando de um projeto desenvolvimentista de industrialização que inicia exclusivamente nacional e é modificado no decorrer do século XX. A desigualdade regional e social foi o grande passivo do período de industrialização.

Assim, foi notório o papel ativo do Estado que, baseado no ideário estruturalista, agiu ativamente para a gestação e o amadurecimento do parque industrial brasileiro. Essas concepções estavam baseadas em Prebisch (1963) e tratavam da situação periférica dos países latinos em função da sua especialização produtiva em gêneros primários, a qual posicionava o Brasil em condição subalterna e dependente na divisão internacional do trabalho, devendo haver um esforço para o estabelecimento de atividades industriais.

O país, então, teve esse momento marcado pelo processo de substituição de importações (TAVARES, 1977). Nessa perspectiva, Furtado (1964) interpolava sobre a pertinência da participação do Estado nesse esforço, pois, a depender do mercado, as reproduções tendem a ser mais concentradoras territorialmente e por estrato de classes. Esse fato decorre de as condições de reprodução serem propícias em locais já com alta densidade econômica, ocorrendo paralelamente a defesa de setores, empresas e pessoas.

Por fato, no período da ascensão industrial no país, a escala nacional fora a preponderante (ARAÚJO, 2007), buscando, além da integração, estabelecer projetos de desenvolvimento sob tutela do estado nacional. Não obstante, houve omissão quanto ao processo de concentração. Essa lógica passou a ser alterada nas décadas de 1980 e 1990 a partir da crise e da ascensão de outras prerrogativas, que diminuem o papel do estado nacional e trazem à pauta política econômica novamente o liberalismo, alterando-se, conseqüentemente, as repercussões territoriais.

A retomada dos mecanismos liberais na pauta econômica e política do país ampliou o poder das forças que atuam em escala local, subtraindo da política inúmeros fatores para além do local, os quais influenciam a possibilidade de desenvolvimento. Nesse período, foram trocadas ações de longo prazo de instituições nacionais e regionais por ações pontuais de interligação direta entre as concepções liberais em voga da escala mundial, com as regiões/locais de materialização de investimentos. Ao passo da substituição do projeto nacional de planejamento em troca do favorecimento de determinadas regiões para aporte da grande empresa, passou-se a conceber a ocorrência de “regiões ganhadoras”, como afirma Cargnini (2011), que se interligam diretamente à escala global e à local/regional.

Nos primeiros anos do século XXI, é buscado retomar o estado desenvolvimentista, conforme analisa Novy (2009), com articulação de demandas sociais historicamente marginalizadas da pauta política, junto de uma concomitante manutenção dos mecanismos econômicos que asseguraram a permanência de estruturas ligadas à elite nacional tradicional, assim como incorporar outros segmentos. Não obstante às conjunturas nacionais e internacionais, as quais forjaram a diversidade e a desigualdade do território brasileiro, o espaço amazônico esteve – e ainda está – sob constante influência de escalas superiores em sua dinâmica regional. No entanto, o rebatimento dessas forças na região possui peculiaridades que devem ser expostas e analisadas.

Becker (2001) assume três categorias conceituais que auxiliam no percurso de compreender as complexas relações existentes no processo de ocupação amazônica e duas delas têm pertinência para a compreensão dessa pesquisa. A primeira trata do padrão econômico historicamente voltado à exportação implementado na região, desde o início de sua colonização até os dias atuais. Essa lógica responde, primeiramente, ao papel periférico que o Brasil assume na economia-mundo capitalista e atuante desde o predomínio da sociedade agrária. A despeito de outras realidades regionais brasileiras, a região amazônica insere-se de forma subordinada na constituição de concepções de progresso compreendido como crescimento econômico para exportação, sofrendo vários surtos de devastação ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, intercalado com longos períodos de estagnação.

A segunda trata do confronto político ideológico histórico de modelos de ocupação territorial. Basicamente, podem ser identificadas duas visões, uma externa ao território, despreocupada em considerar a diversidade territorial da região, a qual impõe de forma *top-down* formas de produção do espaço, caracterizando-se por ser um modelo exógeno que privilegia o centro. E outra, em contraste, configurada como uma visão interna do território, basicamente baseada por iniciativas diversas provenientes de articulações territoriais de forma *down-top*, que privilegiam o contato local em frente a ações homogeneizadoras, caracterizando-se por ser um modelo endógeno de/para a periferia.

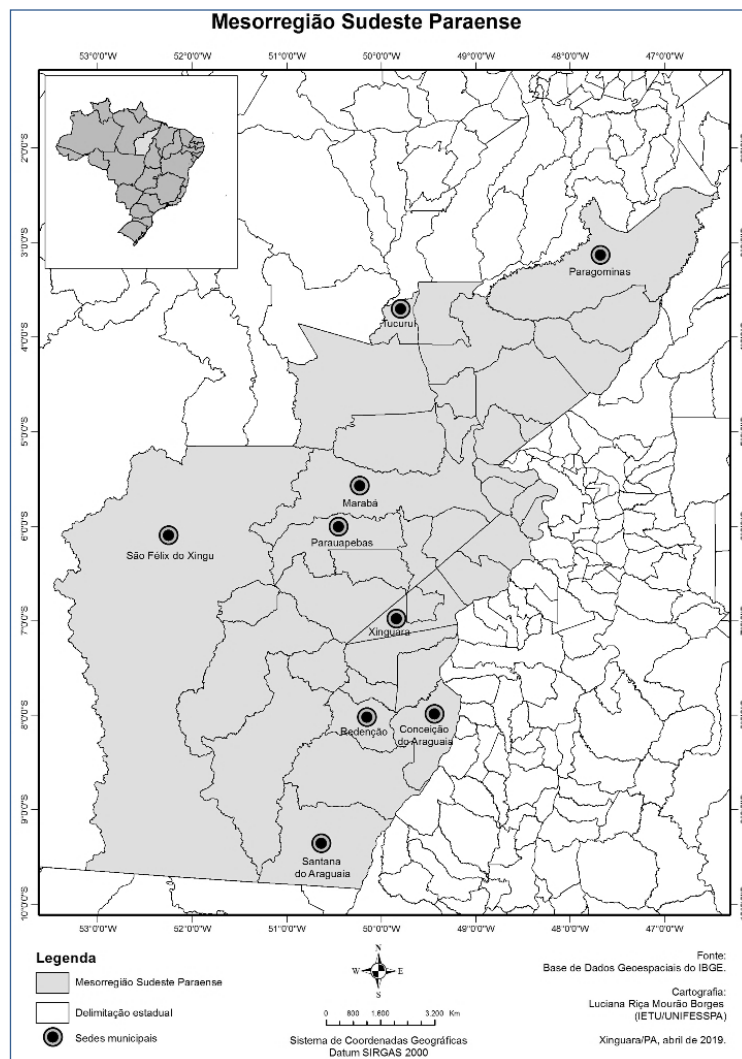
O passivo da trajetória de ocupação da Amazônia, que ainda se encontra em pleno curso, o que justifica o constante monitoramento das novas relações e retomada de antigas estratégias, deixa um conjunto de lições e auxilia a compreender a formação de sub-regiões provenientes da intersecção das relações exógenas e endógenas que permeiam a região e as ordens estimuladas e espontâneas da ocupação. Assim, tratando essencialmente da região Sudeste do Pará enquanto sub-região da Amazônia, não se busca compreendê-las como recortes dotados de homogeneidade e de forma isolada de uma estratégia centro-periferia, tal como se cunhava na geografia tradicional e na economia ortodoxa. São buscados, todavia, elementos de identificação de peculiaridades frente aos demais, sobretudo em aspectos econômicos, políticos e histórico-culturais.

Podemos encontrar em autores tais como Schmink e Wood (2012), Becker (2001; 2005), Becker, Miranda e Machado (1990), Gerd Kohlhepp (2002), Edna Castro (2007), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2010), Jean Hébert (2004), entre outros, uma larga fundamentação geo-histórica sobre os processos de ocupação e desenvolvimento dos espaços amazônicos a partir de ações federais/estatais motivada, principalmente, pela extração da matéria-prima e pela defesa do território em área de fronteira, para a manutenção de uma estrutura produtiva – nesse caso, desigual e dependente.

O Brasil, como produtor de bens primários, sempre esteve em uma posição periférica perante à economia mundial. Tal fator contribui diretamente nas dinâmicas que acontecem

dentro do próprio país. Evidentemente, as transformações acontecidas no Brasil desde a sua colonização, o avanço da industrialização internacional e as grandes guerras ocorridas durante o século XX reforçariam um modo de produção dependente que persiste até os dias atuais, bem como os ciclos econômicos que ocorreram no país e toda a gama de elementos que está relacionada a eles, o que representa um exemplo desse tipo de dinâmica.

O território amazônico foi explorado ao longo dos anos, visto como uma fonte de recursos naturais, e, devido a variações da demanda internacional, sobretudo de ordem econômica. Houve, dessa forma, vários momentos em que a economia da região Norte apresentou uma dinâmica intensa. É exemplo o ciclo da borracha que, em várias épocas, foi importante para a construção das cidades dessa região, tal como o município de Marabá, localizado na mesorregião Sudeste Paraense (Figura 1). O comércio da borracha deslocou várias pessoas de diversos estados do Brasil para trabalhar, porém esses ciclos não serviram para o desenvolvimento real da região, reforçando a ideia tradicional de uma área com um grande vazio.



Fonte: IBGE. Org. Borges (2019).

Figura 1. Região Sudeste do Pará.

Nesse sentido, nota-se que na região Sudeste do Pará é latente a predominância de um modelo eminentemente exógeno em seu processo de constituição, que busca explorar o capital natural, seja de maneira direta, com a exploração mineral e madeireira, ou indireta, com as transformações técnicas ocorridas na agricultura e pecuária. Não obstante, o padrão econômico voltado majoritariamente para atender as demandas do mercado externo é uma marca estrutural da região, rearticulando as redes técnicas a fim de facilitar a circulação, tornando a região parte do arco do desmatamento e posicionando-a na política econômica do país.

A herança do processo de formação socioeconômica do Brasil, alinhado de maneira periférica na economia global, repercute, portanto, de maneira peculiar no espaço amazônico, apesar das forças homogeneizadoras imporem intensamente suas lógicas. Por tratar-se de uma região de ocupação em pleno curso, o embate de agentes de distintas e escalas e sob prerrogativas muitas vezes antagônicas – ou modelos como denominou Becker (2001) – forjam um território de constante conflito resultando em dinâmicas regionais diversas, cabendo uma análise conjuntural sem perder o tempo estrutural.

TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS RECENTES NA MESORREGIÃO SUDESTE PARAENSE

Com base nas concepções teórico-metodológicas e na leitura estrutural das transformações produtivas do Brasil e do Sudeste do Pará, realiza-se nesta seção uma análise conjuntural abordando o período recente na região em questão. Foram assumidas duas frentes para apresentação da problemática anunciada: i) análise do padrão produtivo executado na região e sua eminente exposição ao mercado internacional com produção de bens primários com esse destino. Para isso, fez-se uso de dados dos principais produtos de comercialização exterior e do emprego formal, ambos agrupados a partir da característica do produto/atividade historicamente marcante na região e outras em amplo crescimento, são elas: extrativismo mineral, pecuária, agricultura e setor madeireiro; ii) interposição entre a matriz produtiva e os limites legais para exploração extensiva de bens primários no Sudeste do Pará. Nesse âmbito, foi utilizado o mapeamento das áreas de reservas florestais e indígenas que garantem a proteção da floresta e são encaradas como limitadoras para a exploração a partir da matriz hoje presente na região.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a soma do valor exportado pelos 39 municípios da Região Sudeste do Pará, agrupados em setores produtivos identificados como principais para a estrutura produtiva da região, fato evidenciado pelo próprio dado, são eles: indústria extrativista, pecuária, agricultura e madeira. Esforço semelhante, porém, com observação para dentro de cada setor, é realizado por Lobato (2019), mas que desconsidera o setor da agricultura, com crescimento recente em índices de exportação e inferência na produção da região, como será tratado na sequência.

Nota-se, primeiramente, o expressivo valor de exportação da região – Tabela 1 –, mais de US\$ 14 bilhões, o que correspondeu a 81,31% das exportações do Pará e 6,35% das exportações do Brasil em 2019, sendo o município de Parauapebas o terceiro município brasileiro com maior valor em exportações. Esse breve indicador denota a contínua atuação internacional da região como exportadora de bens primários, sejam eles com ou sem beneficiamento na região, como o caso da proteína animal.

Tendo em vista a política econômica nacional de exportador de bens primários, retomada desde a década de 1990, a posição do Sudeste do Pará é estratégica na manutenção

dos índices de exportação do Brasil, denotando uma vinculação da região com o mercado global dentro da lógica centro-periferia e passível de impactos decorrentes de flutuações do preço das *commodities*. Entre os principais setores produtivos da região, nota-se o crescimento de três deles: i) indústria extrativa, ii) pecuária e iii) agricultura. Percebe-se, também, o decréscimo das atividades vinculadas à extração madeireira.

Essas informações apontam para uma reorganização interna da produção, com o enfraquecimento do setor madeireiro, especialmente pelo esgotamento de áreas a serem exploradas, pela intensificação das atividades mineradoras na descoberta de novos campos de exploração e pela ampliação da demanda externa. Além disso, têm crescido na região atividades de beneficiamento da proteína animal e das áreas de agricultura mecanizada, sobretudo com a expansão do setor no sentido Mato Grosso – Pará, adentrando pelo sul do Estado com cultivos de apelo internacional, como a soja.

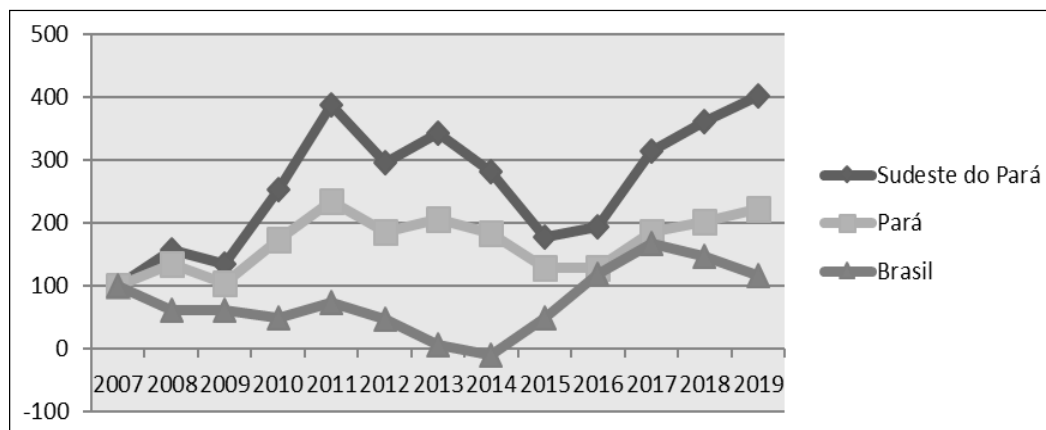
Tabela 1. Valor das exportações agregadas por setores produtivos selecionados (US\$).

	2007	2011	2015	2019
Indústria extrativista	3.539.397.946	13.662.872.555	6.102.234.500	13.644.867.845
Pecuária	35.303.849	182.059.884	240.280.874	256.760.421
Agricultura	10.318.958	63.728.229	196.154.385	382.414.250
Madeira	64.228.020	14.270.616	3.723.384	11.208.507
Outros	12.717.850	4.817.095	1.316.163	20.778.117
Total	3.661.966.623	13.927.748.379	6.543.709.306	14.316.029.140

Fonte. Ministério da Economia. Secretaria da Indústria, comércio exterior e serviços. Organizado pelos autores (2020).

Dando seguimento à análise, a Figura 2 apresenta a variação indexada da balança comercial para fins comparativos entre o Sudeste do Pará, o Pará e o Brasil. Nota-se o crescimento positivo da balança comercial em todos os recortes, contudo, é exponencial na região analisada. Respectivamente, houve crescimento em relação ao ano base, 2007, de 302% no Sudeste do Pará, 123% no estado Pará e de 16,5% no Brasil. Essa informação reforça a posição estratégica da região na economia nacional, especialmente pelos parcos índices de importação da mesma como um todo, sendo eles de 33,41% e 0,23% do Pará e do Brasil, respectivamente. Logo, denota-se a posição periférica de exportação de bens primários para o financiamento das importações de bens industriais para outras regiões do Brasil, ou seja, uma transferência de riquezas produtivas da periferia para o centro, em que o setor vinculado ao mercado externo possui receita desproporcional ao conjunto da região.

Nota-se, na análise dos dados apresentados na Figura 2, a seguir, que, mesmo em momentos de instabilidade econômica mundial que afetaram a balança comercial do Brasil, no Sudeste do Pará houve um decréscimo nos números, porém, o crescimento manteve-se, em termos absolutos, como estratégico na economia externa do País, sendo responsável em 2019 por 29,81% da balança comercial positiva do Brasil.



Fonte. Ministério da Economia. Secretaria da Indústria, comércio exterior e serviços. Organizado pelos autores (2020).

Figura 2. Variação indexada da balança comercial. (2007 = 100).

O valor bruto estratificado adicionado por setores – Tabela 2 – aponta o peso dos setores agropecuário e da indústria no valor produzido na região, em comparação ao restante do Brasil, cujos indicadores são de 5,34% e 21,11% respectivamente. Modernamente, o crescimento do Valor Agregado Bruto (VAB) nas atividades de serviço é observado no mundo, sobretudo em função da urbanização. No Brasil, em 2017, por exemplo, em valores reais – tendo como base o ano de 2006 – essas atividades contemplavam 73,44% do total, enquanto que, do Sudeste do Pará, o número cai para apenas 38,01%.

Em contraste, as atividades agropecuárias e industriais – incluindo a extrativista – somam 10,11% e 51,88% em 2017, o que representa 1,81% e 2,36% do produzido no Brasil em cada setor, respectivamente. Essas informações demonstram o peso estratégico dos setores da região para a economia nacional. Além disso, tais índices demonstram que a riqueza produzida em larga escala nesses principais setores pouco, percentualmente, estimula atividades urbanas no conjunto de municípios do Sudeste do Pará, visto os indicadores de serviços.

Tabela 2. VAB real total indexado (valor base 2006) em R\$1.000. Percentual por setor e do Sudeste do Pará em relação ao Pará e ao Brasil em 2017.

	2006	2009	2012	2015	2017	2017	
						%SPA-PA	%SPA-BR
Agropecuária	13,93%	10,90%	8,19%	12,28%	10,11%	32,81%	1,81%
Indústria	43,72%	40,22%	56,29%	45,31%	51,88%	64,40%	2,36%
Serviços	42,35%	48,88%	35,51%	42,41%	38,01%	25,47%	0,50%
Total	12.269.231	13.815.880	26.242.795	23.758.792	29.908.583	38,38%	0,96%

Fonte. IBGE. Organizado pelos autores (2020).

Como salientado anteriormente, em regiões periféricas com produção voltada para o exterior, estruturalmente há ocorrência de alguns poucos segmentos que possuem uma inserção internacional em detrimento de um conjunto setorial que se mantém à margem da produção. A matriz produtiva vinculada aos setores primário e extrativista tende a uma geração de divisas elevada, contudo, pouco gera em distribuição dos excedentes ao

ponto de alavancar outros segmentos; entre eles, os eminentemente urbanos, denotando a perspectiva atribuída por Myrdal (1968) da pouca capacidade dos efeitos propulsores das atividades de exportação causarem efeitos de alavancagem do desenvolvimento.

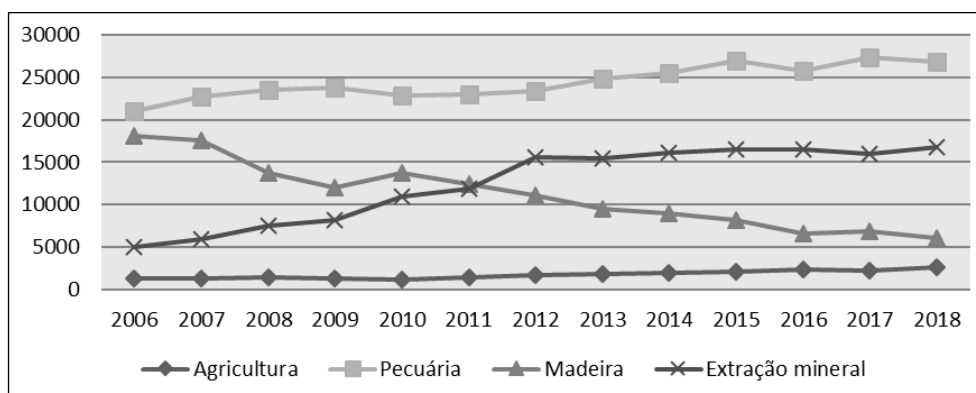
A Figura 3 apresenta a variação do emprego formal em quatro segmentos produtivos da região Sudeste do Pará, historicamente identificados como principais em sua estrutura produtiva. Os dados mostram uma transformação do perfil do trabalho entre os segmentos nos anos analisados. Acompanhando o indicador de exportação, o número de empregos formais ligados a atividades do setor madeireiro caiu de 18.067, em 2006, para 6.036, em 2018, demonstrando o enfraquecimento do setor.

Em paralelo, o setor da agricultura apresentou um leve crescimento, com números que oscilaram de 1.305, em 2016, para 2.645 em 2018. No entanto, ao compará-los com os dados de exportação, o crescimento do emprego é modesto. Esse fato caracteriza o tipo de produção agrícola crescente na região: *commodities*, com elevado grau técnico empregado e baixa aderência de mão de obra. Esse modo produtivo é a expressão concreta do que Becker (2001) denominou padrão produtivo de exportação na região amazônica, ou seja, o que é produzido a partir de uma concepção exógena de ocupação da região.

Com relação semelhante à agricultura, a extração mineral também cresceu exponencialmente em seu valor exportado, como consta na Tabela 1. Porém, apesar do crescimento do emprego formal ser de 4.999, em 2006, para 16.783, em 2018, a curva de aumento não acompanhou a do valor produzido e exportado. Parte da explicação decorre do padrão de trabalho formal utilizado na extração mineral na região, com alto grau técnico empregado, fato que exige qualificação pouco existente na região.

Por fim, a produção e o beneficiamento de proteína animal e de derivados obteve um crescimento do emprego formal de 21.053, em 2006, para 26.806 em 2018. Do mesmo modo que os demais setores considerados, a curva de crescimento do trabalho não acompanha a da exportação. Contudo, vale destacar que, em números absolutos, o setor da pecuária tem os maiores indicadores de empregabilidade, visto que o beneficiamento do produto primário ocorre na própria região, em frigoríficos e curtumes que têm por padrão de emprego a não exigência de qualificação especializada em grande escala. Dialogando, assim, com o padrão populacional da região.

Cabe ressaltar, em contrapartida, como afirma Santos (2017), que parte significativa dos empregos gerados no contexto regional são indiretos, sobretudo em municípios de exploração mineral em virtude do efeito-renda, especialmente no comércio e nos serviços locais.



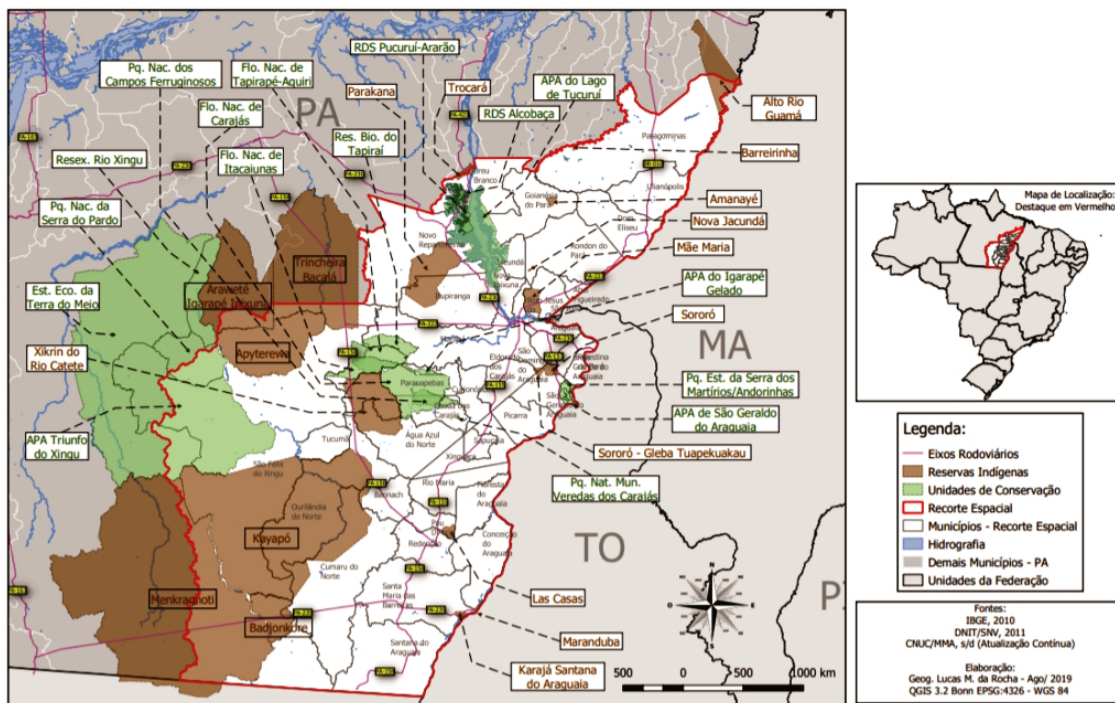
Fonte. Relação Anual de Informações Sociais. Organizado pelos autores (2020).

Figura 3. Variação do emprego formal em quatro segmentos produtivos da região Sudeste do Pará⁵.

Posicionado o cenário atual da matriz produtiva imposta ao Sudeste do Pará, onde destaca-se a sua relevante importância à economia nacional – vide dados de exportação e balança comercial –, o mercado externo como principal destino e uma produção em segmento cobertos por uma expansão marcada pela agregação de novas áreas, questiona-se a capacidade de manutenção e da expansão da matriz produtiva na região.

RESTRICÇÕES LEGAIS E OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO DO SUDESTE DO PARÁ

Como se pode observar na Figura 4, parte significativa da região é coberta por áreas de reserva, sejam elas unidades de conservação ou áreas indígenas, presentes em 27 dos 39 municípios do Sudeste do Pará, abrangendo pouco mais de um terço da área total – 100.836 km² dos 297.365 km² totais. Entre os municípios com vastas áreas de reserva, podem-se destacar Ourilândia do Norte, com 85% da sua área coberta por reserva indígena, Parauapebas, com 84%, e São Félix do Xingu, com 73%.



Fonte: IBGE, 2010. DNIT/SNV, 2011. CNUC/MMA, s/d. Organizado por Miranda (2019)

Figura 4. Áreas de Reservas Indígenas e Unidades de Conservação no Sudeste do Pará.

São diversos os estudos que trazem à tona a realidade conflituosa na região em foco. Para esse caso, é possível sugerir uma reflexão: quais os limites do desenvolvimento ou os limites da conservação ambiental/proteção de territórios de reserva indígena no contexto produtivo do sudeste paraense? Sabe-se que, historicamente, o limite em tela exposto nesse trabalho pressupõe diversos conflitos no interior das regiões e, devido a isso, expõe a natureza contraditória das dinâmicas aqui apresentadas, atreladas ao desenvolvimento regional e econômico, neste caso, do sudeste paraense.

Pode-se observar que, ao mesmo tempo em que a dinâmica regional da economia coloca essa mesorregião em uma posição de destaque dentro da estrutura produtiva nacional, criando contradições sociais a partir da própria exclusão de populações, esse mesmo território encontra-se com um terço protegido por terras indígenas e unidades de conservação. Nesse sentido, como exposto nas seções anteriores no presente artigo, vemos também em Porto-Gonçalves (2017) a ideia construída sobre uma Amazônia ampla de recursos naturais e abundância de matéria-prima, o que a posiciona na periferia do capitalismo tanto nacional/continental quanto do mundo como um todo.

Para o autor, a região está sob a condição “[...] dos desígnios da acumulação do capital e do desenvolvimento de suas forças produtivas com a função supridora de recursos [...]” (2017, p. 19), o que lhe confere um *status* dentro dessa grande estrutura produtiva. Dessa forma, é reforçada a natureza contraditória dessas dinâmicas nesse espaço abundante e promissor – pelo ponto de vista do desenvolvimento –, sendo o solo e o subsolo os elementos mais importantes no processo de produção dos bens primários.

É importante frisar que políticas governamentais implementadas na região, ao longo do século XX e na virada do século XXI, foram fundamentais para o incentivo tanto da reprodução de padrões produtivos baseados na agropecuária e no extrativismo (principalmente mineral), bem como do imaginário sobre um lugar “vazio” ou que deveria ser dominado. Com isso em vista, diversas frentes de expansão, que, para muitos autores⁶, são compreendidas enquanto fronteiras, foram importantes no processo de inserção e dinamização do capitalismo nessa região, trazendo consigo processos contraditórios e, conseqüentemente, conflituosos.

Seguindo em uma linha escalar de espaço e tempo, compreende-se que a inserção do capitalismo na Amazônia – através das atividades produtivas analisadas em nosso estudo – incorre na retirada da floresta e, por sua vez, dos espaços de reprodução da vida das populações tradicionais. É importante compreender a imensa diferença entre a função de uma terra indígena e uma unidade de conservação (UC): ambas tratam-se de áreas protegidas que por lei devem restringir e limitar o avanço das frentes de expansão de dinâmicas econômicas, porém, estão em categorias distintas. A primeira consiste em preservar e garantir a autonomia social e cultural de populações ancestralmente existentes nesses espaços e a segunda consiste em conservar áreas de biodiversidade geralmente endêmica, embora possam existir também populações tradicionais habitando essas UC’s (MELLO, 2003; 2006; PORTO-GONÇALVES, 2017).

Vale destacar em Mello (2003, p. 343) que “[...] políticas ambientais conservacionistas somam-se aos territórios indígenas demarcados como mais um elemento importante na manutenção das condições naturais e ecossistêmicas amazônicas [...]”. Desse modo, “[...] terras indígenas não são áreas de preservação ambiental, mas como território coletivo indivisível, podem bloquear a fragmentação fundiária e, conseqüentemente (sic), os impactos nocivos do uso da terra [...]”.

A autora segue nessa linha ao explicar que, por sua vez, “[...] as unidades de conservação representam também um bloqueio à fragmentação territorial e cumprem a função de proteção ambiental, embora possam ter parâmetros e usos diferenciados [...]” (idem, p. 344). Sendo assim, políticas estatais voltadas à conservação ambiental e à defesa de territórios e povos indígenas historicamente culminaram na criação das reservas que, hoje, podem ser consideradas como uma das formas mais importantes para o que se denomina nesse estudo de “limites do desenvolvimento”.

Já, para Becker (2001, p. 143), há uma “força tecno-ecológica” que surge a partir de respostas governamentais às pressões geradas pelas intensas atividades de produção econômica na região amazônica. Tal força combina, ainda assim, uma pressão ambientalista, bem como certo controle

do capital natural, além de demandas provocadas por sujeitos sociais locais – como é o caso dos povos indígenas – para a melhoria de suas condições de vida. Pressões internacionais a partir de acordos de cooperação financeira ou técnica também incidem nessas tomadas de decisão. Dessa forma, a autora afirma que “[...] os modelos exógeno e endógeno se combinam [...]”.

Nesse caso, as áreas endógenas correspondem a uma associação de interesses internacionais ou de ambientalistas em conjunto com as lutas de grupos sociais diversos. Como resultado, tem-se uma malha socioambiental, sendo os experimentos existentes as suas próprias formas locais de enfrentamento dos problemas que surgiram, mesmo que pela via da proteção dos recursos naturais.

Ainda em Becker (2001), a lógica exógena depara-se com esse cenário ambientalista e indigenista, sendo essa a reprodução de um modelo tecnoindustrial, o qual percebe os recursos naturais como um negócio ou como mercadoria, visando à impulsão e sempre à retomada do desenvolvimento econômico. Logo, o limite do desenvolvimento encontra-se aí: pode-se refletir a partir também de um “choque” de ações públicas e estatais (com a criação de projetos governamentais de desenvolvimento para a integração dos territórios com a construção de infraestruturas, por exemplo, e também com a criação de unidades de conservação e terras indígenas nesses mesmos territórios).

Em relação ao desmatamento ao longo da história moderna do estado paraense, esse possui uma das maiores taxas da região amazônica, e as principais atividades econômicas responsáveis por essa prática (que consiste na conversão da floresta em áreas a serem utilizadas) são a agricultura e a pecuária. Somando a isso, atividades de mineração geram um imenso impacto ambiental, contudo, estão em locais com uma concentração maior de minério e, portanto, são mais pontuais, diferentemente da criação de pastagens e lavouras que demandam áreas com maior extensão (CASTRO, 2005; MELLO, 2003; 2006).

Corroborando com essas perspectivas, pode-se realizar um paralelo entre a conjuntura e estrutura produtiva da região – baseadas na crescente pressão sobre segmentos exportadores na economia nacional – com os limites legais impostos por marcos legais de reservas – ambientais e indígenas. Como destacado anteriormente, a expansão da produção de segmentos como os principais do sudeste do Pará ocorre, sobretudo, de modo extensivo, com expansão de áreas exploradas para a produção de *commodities*.

A partir das informações trazidas e da observação do mapa das áreas de reserva e indígenas, pode-se, tal como realizado por Furtado, em *Ministério do Interior* (1967), propor uma inflexão acerca da compatibilidade entre matriz produtiva e sua possibilidade de reprodução frente a limites, no caso do sertão do ambiente, no Sudeste do Pará limitações legais. Sendo assim, como premissa, assume-se como imperativa a expansão das atividades produtivas a partir de duas concepções.

A primeira, devido à impetuosa necessidade perene no seio do sistema capitalista de crescimento, tal como trouxe David Harvey (2013), que trata da busca constante de criação e reprodução de economias na ordem de 3% anuais que, caso contrário, tende a cíclicas crises. A segunda, pela conjuntura macroeconômica nacional, que impõe pressão sobre a necessidade de expansão das exportações de *commodities* para cobertura da balança comercial pressionada pelo preço dos produtos industrializados importados, fato percebido no Brasil desde a repactuação do Plano Real, como afirmado por Novy (2009).

Diante da premissa levantada e de ambas as constatações, pode-se afirmar um constante tensionamento sobre áreas de produção de bens exportáveis, seja pela própria natureza da produção capitalista, seja pela necessidade imposta pela macroeconomia nacional. No Sudeste do Pará, como já mencionado, essa expansão tende a ocorrer por

anexação de novas áreas, visto o caráter de ocupação recente da região. No entanto, como o mapa da Figura 3 demonstra, essa possibilidade encontra uma restrição legal, fato que impõe barreiras ao modelo produtivo atualmente presente e manifesta-se em três esferas:

- i) para a própria matriz produtiva: essa vem modificando-se em anos recentes em uma transição que começou na indústria madeireira que, com a supressão vegetal, abriu espaço para a pecuária que, atualmente, vem convivendo com a diminuição de suas áreas dando lugar à agricultura de larga escala. Paralelamente, há explorações de minérios de modo pontual na região. A expansão dessas atividades pressupõe um embate constante para a diminuição ou flexibilização da exploração econômica de áreas de reserva, fato que resulta, como salientado, em um cenário de constante conflito por uso e apropriação da terra na região;
- ii) para o conjunto de trabalhadores urbanos e rurais da região: mesmo com a indicação da pouca capacidade de geração de empregos como efeitos propulsores das atividades de exportação, é inegável sua centralidade para a região na geração de emprego e renda, sobretudo formais. A geração de novos postos, contudo, depende da limitada capacidade de expansão dessas atividades econômicas. Ademais, há crescimento da expansão das atividades de forma intensiva, com qualificação da produtividade, fato que depende de mão de obra qualificada não presente na maioria da população residente, havendo suprimento dessa lacuna com empregados de outras regiões do país, sendo a indústria da mineração o caso mais marcante nesse aspecto.
- iii) para as unidades de conservação e as populações tradicionais: com a pressão sobre a necessidade de expansão das atividades, é constante a tensão sobre as áreas de conservação e as populações que nelas vivem, seja de ordem legal, por meio de embates políticos, ou ilegais, com exploração indevida e ameaças à vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate da estrutura produtiva do Sudeste do Pará – vinculada às transformações ocorridas no Brasil, bem como a avaliação da conjuntura atual da região – demonstra, em síntese, a manutenção da estrutura dependente desde os primórdios da exploração capitalista na região até os dias atuais, mesmo com alterações pontuais de agentes partícipes. A lógica centro-periferia posiciona o Brasil na economia mundo, estrategicamente o Sudeste do Pará ocupa relevante protagonismo para a perenidade da política macroeconômica do país, vide os valores exportados e o seu percentual frente à balança comercial brasileira.

Como demonstrado nos dados atuais, está ocorrendo uma alteração nos segmentos produtivos principais da região. No passado, outras transformações foram visualizadas, como o fim dos ciclos da borracha e da mineração de ouro. Atualmente, o enfraquecimento do setor madeireiro e o crescimento da pecuária e da agricultura mecanizada apontam novos agentes e interesses adentrando à arena política e econômica no Sudeste do Pará. Todas essas mudanças não representam mudanças estruturais.

No entanto, isso demonstra a capacidade de reorganização da estrutura produtiva sem perder suas matrizes centrais, como o mercado de destino, crescimento por extensão e parca absorção de mão de obra devido à mecanização. Essas mudanças acabam por reafirmar a pressão sobre as áreas legais e demonstram o limite do desenvolvimento na região, sobretudo a partir da capacidade de geração de efeitos propulsores, como afirma Myrdal (1968), e pela própria pressão as reservas, gerando conflitos que se perpetuam ao longo da história de formação da região.

O limite da expansão do desenvolvimento extensivo/exportador da produção no sudeste paraense frente às demarcações legais de reservas, desse modo, fica evidenciado sobretudo pela pressão ocasionada às próprias áreas de preservação e junto às comunidades indígenas. Porém, os parcos efeitos de propulsão causados pelas atividades de exportação expõem o limite no seio da própria matriz produtiva.

Pelo lado do trabalho, o número reduzido de trabalhadores empregados nas atividades principais na região juntamente ao aumento do processo de mecanização da produção e dos altos valores adicionados demonstram, entre outras possíveis conclusões, duas constatações. Primeiro, a tendência decrescente no número de empregados diretos quando colocados em paralelo ao crescimento da produção – exportação e VAB –, especialmente a partir do crescimento da agricultura. Segundo, a exígua distribuição de excedentes sociais *vis-à-vis* o valor adicionado bruto dos setores.

Pelo lado produtivo, o caráter extensivo da produção encontra limite nas áreas com restrições legais. Esse fato tenderá a três situações: i) substituição produtiva por segmentos de maior rentabilidade e menor investimento em trabalho, uma vez que o crescimento da agricultura expõe esse fato; ii) expansão da produção de modo intensivo, como a partir do confinamento de gado; e iii) pressão legal – por meios políticos – e ilegais – dos mais escusos possíveis – junto às áreas de preservação e de reserva, fato que é marcante na história de ocupação e exploração da Amazônia e, por extensão, do sudeste paraense.

NOTAS

5 Para obtenção dos dados, foram consideradas 277 atividades subclasse do CNAE 2.0. Além, foram contempladas as atividades primárias como a extração mineral ou a criação de bovinos para corte e o beneficiamento em atividades principais, como abate em frigoríficos e produção de cortes de madeira para construção.

6 Cf. Becker (1982); Becker, Miranda e Machado (1990); Aubertin e Becker (1988); Martins (2009); Oliveira (1991); Castro (2005).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. de. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: DINIZ, C. C. (org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade, 2007.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UNB, 1990.

BORJA, B. Notas sobre a dimensão cultural na obra de Celso Furtado. In: D'AGUIAR, R. F. **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.

- CARGNIN, A. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. 2011. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.
- CASTRO, E. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, V. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1964.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EdUFPA, 2004.
- KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, maio/ago. 2002.
- LOBATO, M. M. A dinâmica na fronteira paraense e os territórios do capital: pecuária, extração madeireira e mineração. **Revista Formação (online)**, Presidente Prudente, v. 26, n. 47, jan.-abr. 2019.
- MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MELLO, N. A. de. Contradições territoriais: signos do modelo aplicado na Amazônia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 315-338, jan./dez. 2003.
- MELLO, N. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- NOVY, A. O retorno do Estado desenvolvimentista no Brasil. **Indicadores econômicos-FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 4, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991. Série Educando.
- POCHMANN, M. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência Editoria, 2017.
- PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- SANTOS, V. M. dos. A economia do sudeste paraense: evidências das transformações estruturais. In: MONTEIRONETO, A.; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, A. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2012.
- SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.